

**A OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DE JERÔNIMO
MONTEIRO E SÃO JOSÉ DO CALÇADO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:
ESCOLA, ALUNOS E PROFESSORES**

Márcia Eduarda Rodrigues. Universidade Federal do Espírito Santo.
marciaeduardarodrigues1@gmail.com.

Marileide Gonçalves França. Universidade Federal do Espírito Santo.
marileide.ufes@gmail.com

No Brasil, a educação se constitui como direito e dever do Estado de todos, garantido no art. 211, da Constituição Federal de 1988 (CF/88). No Brasil, a responsabilidade pela oferta de educação escolar é compartilhada pelos entes federados, (União, Distrito Federal, estados e municípios), sendo organizada sob a forma de regime de colaboração (CF/1988, art. 211 e LDB/1996, art. 8º). Cada instância é responsável pela administração, expansão e manutenção dos seus respectivos sistemas de ensino. No âmbito dessa Lei, ainda foi enfatizado o papel coordenador e articulador da União em relação aos demais entes federados (LDB/1996, art. 8º).

Cury (2002) afirma que a educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, contudo, diferentes fatores sociais e políticos vem interferindo na oferta da educação. Segundo Sonobe e Pinto (2015), a desigualdade que marca o ensino no país se configura na presença permanente dos atingidos pela privação do direito à educação escolar, em geral sujeitos pertencentes às classes menos favorecidas. Assim, mesmo que esse direito seja assegurado pela CF/88, milhões de pessoas são excluídas dos processos de escolarização.

Na LDB/1996 também foi estabelecido o dever do Estado com a educação mediante a garantia de “padrões mínimos de qualidade de ensino, definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1996, art. 4º, inciso IX). Essa ideia articula-se à necessidade de investir esforços no intuito de se garantirem a oferta e melhores condições de ensino.

Partimos do pressuposto de que a política pública é a materialização da intervenção do Estado na sociedade. Ou, nas palavras de Höfling (2001, p. 31), como “[...] responsabilidade do Estado - quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e

agentes da sociedade relacionados à política implementada”. Diante desse contexto, questiona-se: como se caracteriza a oferta da educação básica nos municípios de Jerônimo Monteiro e São José do Calçado, do estado do Espírito Santo? Assim, tivemos como objetivo investigar a oferta da educação básica nos municípios de Jerônimo Monteiro e São José do Calçado no período de 2009 a 2018. Além de identificar e sistematizar os dados de matrículas da educação básica (etapas e modalidades; dependência administrativa); investigar o número de escolas e de profissionais do magistério; e compreender as informações obtidas no levantamento de dados e sua articulação com as políticas educacionais.

Trata-se de uma pesquisa documental na tentativa de analisar a oferta da educação básica nos municípios de Jerônimo Monteiro e São José do Calçado, no período de 2009 a 2018. A pesquisa documental, segundo Gil (1991), vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Desse modo, os documentos trazem informações, indicações e esclarecimentos que nos auxiliaram na compreensão de determinadas questões envolvidas no processo de acesso da população a educação. Os dados foram obtidos por meio do Censo Escolar pelas Sinopses Estatísticas, nas páginas eletrônicas do Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e organizados em planilhas na plataforma Excel para o agrupamento das informações de cada município, levando em consideração etapas e modalidades, dependências administrativas e localização das escolas (zona rural ou urbana), número de docentes e estabelecimentos. Posteriormente, os dados foram estruturados em gráficos para análise. É preciso ressaltar que os documentos produzidos num determinado contexto histórico-social apresentam concepções políticas e ideológicas que norteiam as ações educacionais. Assim, a pesquisa documental objetiva apreender as múltiplas dimensões e implicações do objeto pesquisado, de forma a abranger uma visão ampla das realidades em foco, contudo, termos a pretensão de abarcar todos os sentidos e imbricações apresentadas por esse objeto. Para a organização, sistematização e análise dos dados, optamos pela análise de conteúdo (BARDIN 1995).

Com base nos dados do censo escolar, disponibilizados pelo Inep, observamos nos municípios a oferta de diferentes etapas e modalidades de ensino que compõem a educação básica, tais como: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional, conforme preconizado pela LDB/96. Tal cenário é justificado pela presença da obrigatoriedade na

CF/88, no Art. 208 que diz: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988).

Identificamos que o maior quantitativo de matrículas estava no ensino fundamental. Em contraposição, o ensino médio apresentou maior decréscimo no número de matrículas em ambos municípios. Esse cenário pode ser compreendido, considerando os diferentes fatores que incidem sobre essa etapa de ensino no Brasil, como a evasão e o abandono escolar (SILVA FILHO; LIMA ARAÚJO, 2017).

Em relação as modalidades de ensino, a educação profissional nos dois municípios apresentou trajetória decrescente no período analisado. A educação de jovens e adultos também apresentou declínio no quantitativo de matrículas, no período de 2009 a 2018. No que se refere a educação especial o quantitativo de matrículas em Jerônimo Monteiro sofreu diminuição no período entre 2009 a 2018, já em São José do Calçado evidenciamos um crescimento bastante promissor dessa modalidade de ensino.

Cumpramos ressaltar que o maior número de matrículas estava concentrado nas dependências administrativas municipais e estaduais e na área urbana. Em Jerônimo Monteiro, a dependência administrativa estadual, inicialmente detinha o maior número de matrículas. Esse resultado se diferencia de outros estudos no Brasil, pois de acordo a literatura, geralmente a esfera municipal apresenta maior número de matrículas. Segundo INEP (2018) ao avaliar a distribuição das matrículas por dependência administrativa, percebe-se uma maior dominância da rede municipal, que detém 47,7% das matrículas na educação básica no âmbito nacional (INEP,2018). Entretanto, observa-se uma inversão na repartição de matrículas, a partir de 2014, pois a dependência administrativa municipal passou a registrar o maior número de matrículas, representando 51% em 2014 e 53% em 2018, na oferta da educação básica. Pode se caracterizar tal inversão, como resultado do processo de municipalização, pois CF/88, o município passou a assumir maiores responsabilidades para a oferta do ensino fundamental. Já em São José do Calçado, a esfera municipal sempre foi a dependência administrativa que ofertou o maior quantitativo de matrículas.

Cabe destacar ainda, sobre a oferta educacional da área rural, em ambos municípios a trajetória de matrículas foi decrescente, assim como o número de estabelecimentos de ensino. Desse modo, observamos que houve fechamento de escolas na área rural e por outro lado, na área urbana, os números de escolas permaneceram

estáveis, ou seja, não houve investimentos na construção de novos estabelecimentos. Nota-se que o quantitativo de docentes que atuava nos municípios sofreu decréscimo, no período de 2008 a 2018, especialmente, na área rural. Por fim, notamos que o número de matrículas, docentes e estabelecimentos de ensino nos respectivos municípios apresentaram decréscimos, sendo a área rural a maior afetada.

Assim, observamos que no Espírito Santo, a educação ofertada na zona rural enfrentava diversos desafios, que dificultavam o acesso e permanência de muitos alunos na escola, tais como o deslocamento, por meio de transporte escolar, além da falta de infraestrutura, alimentação, formação continuada, recursos e materiais didáticos até as questões sociais mais amplas.

Portanto, verificamos a necessidade de maiores investimentos na educação para que possa assegurar a oferta de ensino nos municípios de Jerônimo Monteiro e São José do Calçado, assim como implementação de políticas públicas para que haja melhoria no ensino e que possibilite a permanência dos alunos. Além da necessidade de ampliação da rede de ensino principalmente da zona rural para que todos tenham acesso ao ensino e tenham uma educação de qualidade.

Os resultados da pesquisa contribuíram para a compreensão da oferta da educação pública dos municípios de Jerônimo Monteiro e São José do Calçado e apontaram indicadores que podem proporcionar melhorias no desenvolvimento de políticas educacionais nos respectivos municípios.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– LDBn.9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação**: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 16, p. 245-262, jul. 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Fracasso escolar no Brasil**: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escola. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Brasília, maio de 2005.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **CEDES**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

SILVA, Filho R. B; LIMA, Araújo, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan-jun. 2017.

SONOBE, Aline Kazuko; PINTO, José Marcelino de Rezende. Qualidade e equidade das condições de oferta no ensino fundamental. *Educação Temática Digital*. Campinas, São Paulo, v.17, n.1, p.42-57 jan./abr.2015.